

**ENTRE OPRESSÕES, PRÁXIS E RESISTÊNCIAS: INTERSECCIONALIDADE E  
A CENTRALIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA ESTRUTURA SOCIAL  
BRASILEIRA**

**BETWEEN OPPRESSIONS, PRAXIS, AND RESISTANCES:  
INTERSECTIONALITY AND THE CENTRALITY OF BLACK WOMEN IN THE  
BRAZILIAN SOCIAL STRUCTURE**

**ENTRE OPRESIONES, PRAXIS Y RESISTENCIAS: INTERSECCIONALIDAD Y  
LA CENTRALIDAD DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA ESTRUCTURA SOCIAL  
BRASILEÑA**



10.56238/sevened2026.015-012

**Ávila Smitiely de Abreu Lima Ikuta**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação  
Instituição: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: [Avila.Smitiely.Ikuta@Unemat.Br](mailto:Avila.Smitiely.Ikuta@Unemat.Br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2103695335160828>

**Juliana da Luz Lima de Arruda Pinheiro**

Especialista em Educação Inclusiva  
Instituição: Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: [julianawepri@gmail.com](mailto:julianawepri@gmail.com)

**Suellen Aparecida Viana Ribeiro**

Pós-graduação em Docência no Ensino Superior

Instituição: Faculdade Luso Capixaba

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: [Suellenvianas07@gmail.com](mailto:Suellenvianas07@gmail.com)

**Rosane Penha Mendes da Silva**

Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação

Instituição: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: [rosane.pmenes@gmail.com](mailto:rosane.pmenes@gmail.com)

**Carolina Martins Carreiro**

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional -  
PROFEI

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Campus Sinop

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: [carolina.carreiro@unemat.br](mailto:carolina.carreiro@unemat.br)

**Rosilene Mirian Costa Leonel**

Especialista em Piscicopedagogia  
Instituição: Instituto Cuiabano de Ensino  
Endereço: Mato Grosso, Brasil  
E-mail: rosilene\_mirian@hotmail.com

**Eva da Silva Cebalho**

Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica  
Instituição: Instituto Superior de Educação Ateneu  
Endereço: Espírito Santos, Brasil  
E-mail: evacebalho.2019@gmail.com

**Ana Carolina Catelan**

Especialista em Políticas Sociais  
Instituição: Instituto Cuiabano de Educação  
Endereço: Mato Grosso, Brasil  
E-mail: criscatelan55@gmail.com

**Eletizia Severino Machado**

Especialista em Psicopedagogia  
Instituição: Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA)  
Endereço: Minas Gerais, Brasil  
E-mail: Eletilmac\_@hotmail.com

**Michele do Rosário Borges**

Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação  
Instituição: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)  
Endereço: Mato Grosso, Brasil  
E-mail: michelerosarioborges@gmail.com

**Célia Ribeiro Fancio**

Licenciatura em Pedagogia  
Instituição: Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST)  
Endereço: Mato Grosso, Brasil  
E-mail: fancio222@hotmail.com

**Geni Aparecida de Oliveira Lemes**

Licenciatura em Pedagogia  
Instituição: Instituto Varzea Grandense de Ensino (IVE)  
Endereço: Mato Grosso, Brasil  
E-mail: gaol.adv@gmail.com

---

**RESUMO**

O presente capítulo apresenta uma versão ampliada e aprofundada do artigo intitulado “Filosofia da práxis, gênero e raça: conexões críticas na luta das mulheres negras”, publicado na revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 19, n. 2, 2026. O objetivo do texto é discutir como a filosofia

da práxis, articulada às contribuições do feminismo negro e da teoria da interseccionalidade, possibilita compreender as múltiplas formas de opressão que atravessam a experiência histórica das mulheres negras. A abordagem teórico-metodológica fundamenta-se na revisão bibliográfica e na análise teórica de autores da tradição marxista e do pensamento crítico contemporâneo, como Karl Marx, Georg Lukács, Antonio Gramsci e Paulo Freire, em diálogo com pensadoras negras como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. A análise evidencia que as práticas pedagógicas e políticas desenvolvidas por mulheres negras constituem formas concretas de práxis transformadora, articulando ação, reflexão crítica e resistência cotidiana frente às estruturas de dominação. Conclui-se que a articulação entre filosofia da práxis e feminismo negro contribui para a construção de uma perspectiva crítica e emancipatória no campo da educação e das ciências sociais, reforçando a necessidade de reconhecer as mulheres negras como produtoras de conhecimento e agentes centrais na luta por justiça social.

**Palavras-chave:** Filosofia da Práxis. Feminismo Negro. Interseccionalidade. Educação Crítica. Mulheres Negras.

### ABSTRACT

This chapter presents an expanded and in-depth version of the article entitled “*Philosophy of praxis, gender and race: critical connections in the struggle of Black women*”, published in the journal *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 19, n. 2, 2026. The aim of this text is to discuss how the philosophy of praxis, articulated with the contributions of Black feminism and intersectionality theory, enables the understanding of the multiple forms of oppression that shape the historical experience of Black women. The theoretical-methodological approach is based on a bibliographic review and theoretical analysis of authors from the Marxist tradition and contemporary critical thought, such as Karl Marx, Georg Lukács, Antonio Gramsci, and Paulo Freire, in dialogue with Black women thinkers such as Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, and Sueli Carneiro. The analysis shows that the pedagogical and political practices developed by Black women constitute concrete forms of transformative praxis, articulating action, critical reflection, and everyday resistance against structures of domination. It concludes that the articulation between the philosophy of praxis and Black feminism contributes to building a critical and emancipatory perspective in the field of education and social sciences, reinforcing the need to recognize Black women as knowledge producers and central agents in the struggle for social justice.

**Keywords:** Philosophy of Praxis. Black Feminism. Intersectionality. Critical Education. Black Women.

### RESUMEN

El presente capítulo presenta una versión ampliada y profundizada del artículo titulado “*Filosofía de la praxis, género y raza: conexiones críticas en la lucha de las mujeres negras*”, publicado en la revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 19, n. 2, 2026. El objetivo del texto es discutir cómo la filosofía de la praxis, articulada con las contribuciones del feminismo negro y de la teoría de la interseccionalidad, permite comprender las múltiples formas de opresión que atraviesan la experiencia histórica de las mujeres negras. El enfoque teórico-metodológico se fundamenta en la revisión bibliográfica y en el análisis teórico de autores de la tradición marxista y del pensamiento crítico contemporáneo, como Karl Marx, Georg Lukács, Antonio Gramsci y Paulo Freire, en diálogo con pensadoras negras como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez y Sueli Carneiro. El análisis evidencia que las prácticas pedagógicas y políticas desarrolladas por mujeres negras constituyen formas concretas de praxis transformadora, articulando acción, reflexión crítica y resistencia cotidiana frente a las estructuras de dominación. Se concluye que la articulación entre filosofía de la praxis y feminismo negro contribuye a la construcción de una perspectiva crítica y emancipadora en el campo



de la educación y de las ciencias sociales, reforzando la necesidad de reconocer a las mujeres negras como productoras de conocimiento y agentes centrales en la lucha por la justicia social.

**Palabras clave:** Filosofia de la Praxis. Feminismo Negro. Interseccionalidad. Educación Crítica. Mujeres Negras.

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma versão ampliada de um artigo previamente publicado, aprofundando a análise das relações entre filosofia da práxis, feminismo negro e educação crítica. Nesse horizonte, busca-se evidenciar que as práticas pedagógicas e políticas desenvolvidas por mulheres negras constituem formas concretas de resistência e de produção de conhecimento, capazes de tensionar e transformar as estruturas de dominação presentes nas instituições sociais. Tais práticas inscrevem-se em uma perspectiva contra-hegemônica, na qual saber e ação se articulam como instrumentos de emancipação.

Do ponto de vista metodológico, a investigação fundamenta-se na revisão bibliográfica e na análise teórica, estratégias amplamente utilizadas no campo das ciências humanas para o aprofundamento conceitual de fenômenos sociais complexos. Conforme assinala Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita o mapeamento crítico das principais contribuições teóricas sobre determinado tema, enquanto a análise teórica favorece a construção de um quadro interpretativo mais abrangente. Nessa mesma direção, Maria Cecília de Souza Minayo (2009) destaca que esse tipo de abordagem exige o diálogo entre diferentes correntes de pensamento, bem como o reconhecimento da complexidade inerente aos fenômenos sociais.

Nesse contexto, a filosofia da práxis, desenvolvida no âmbito da tradição marxista, constitui um referencial teórico fundamental para a compreensão da relação entre consciência, ação política e transformação social. Sob essa perspectiva, a práxis não se limita à interpretação da realidade, mas configura-se como uma atividade consciente e intencional orientada à transformação das estruturas sociais, articulando teoria e prática em um movimento dialético.

Articulando-se a esse referencial, o feminismo negro oferece contribuições centrais para a compreensão das múltiplas formas de opressão que atravessam as experiências das mulheres negras. A noção de interseccionalidade, sistematizada por Kimberlé Crenshaw, evidencia como raça, gênero e classe operam de maneira imbricada na produção das desigualdades sociais. De forma complementar, Patricia Hill Collins contribui com a formulação do pensamento feminista negro, destacando a importância dos saberes produzidos a partir das experiências vividas como formas legítimas de conhecimento.

No campo da educação crítica, autoras como Angela Davis, Bell Hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro tensionam as bases eurocêtricas do conhecimento, propondo uma pedagogia comprometida com a justiça social, a valorização das identidades subalternizadas e a transformação das relações de poder. Essas autoras evidenciam que a educação, quando orientada por uma perspectiva crítica e interseccional, pode constituir-se como espaço de resistência, produção de sentidos e construção de novas possibilidades de existência.

Dessa forma, ao articular filosofia da práxis, feminismo negro e educação crítica, este estudo reafirma a centralidade das práticas pedagógicas como locus de disputa política e epistemológica, no qual se produzem não apenas conhecimentos, mas também possibilidades concretas de transformação social.

Dessa forma, o próximo subtítulo propõe analisar as experiências interseccionais das mulheres negras no Brasil a partir da tensão entre opressão e resistência, evidenciando como, mesmo diante de estruturas históricas de dominação, essas mulheres constroem trajetórias marcadas pela agência, pela produção de saberes e pela luta por justiça social. Trata-se, portanto, de reconhecer não apenas as violências que as atravessam, mas também as potências transformadoras que emergem de suas práticas e vivências.

## **2 ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS: A EXPERIÊNCIA INTERSECCIONAL DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

A história do Brasil é profundamente atravessada pelo processo de colonização europeia e pela consolidação de um sistema escravocrata que se estendeu por mais de três séculos. Tal processo instituiu um modelo de organização social alicerçado na exploração do trabalho de povos africanos e indígenas escravizados e na marginalização sistemática de populações negras e indígenas. Mesmo após a abolição formal da escravidão, em 1888, as estruturas herdadas do período colonial continuaram a produzir e reproduzir desigualdades raciais, econômicas e educacionais. Nesse sentido, a persistência das desigualdades no Brasil pode ser compreendida à luz da colonialidade do poder, conforme propõe Aníbal Quijano (2005), uma vez que as hierarquias raciais estabelecidas no período colonial continuam estruturando as relações sociais, econômicas e educacionais na contemporaneidade.

Nesse contexto, a formação social brasileira evidencia que as marcas da escravidão não se encerraram juridicamente, mas permaneceram inscritas nas dinâmicas sociais e institucionais. Conforme Mignolo (2003), a colonialidade é o lado obscuro da modernidade, que sustenta a lógica de dominação e hierarquização dos povos e dos saberes.

A condição das mulheres negras remonta diretamente a esse período, quando mulheres africanas foram violentamente retiradas de seus territórios, culturas e vínculos comunitários, sendo submetidas a uma realidade desumanizadora que lhes negava dignidade, autonomia e reconhecimento de humanidade. Conforme aponta Lélia Gonzalez, o racismo e o sexismo no Brasil operam de forma articulada, produzindo uma condição histórica de subalternização das mulheres negras (Gonzalez, 1984).

Diante disso a violência física e sexual constituiu-se como prática recorrente, operando não apenas como mecanismo de controle, mas também como estratégia de ruptura de identidades e de desarticulação de laços familiares. Conforme analisa Angela Davis (2016), a escravidão impôs às

mulheres negras uma condição de dupla opressão, marcada simultaneamente pelo racismo e pelo sexismo.

A abolição da escravidão, longe de significar a superação dessas condições, aprofundou processos de exclusão social. As mulheres negras foram inseridas em uma sociedade que não lhes garantiu acesso à terra, à educação ou a condições dignas de trabalho. Essa herança histórica consolidou um quadro de precarização estrutural, no qual essas mulheres passaram a ocupar posições subalternizadas, frequentemente associadas aos trabalhos mais desvalorizados e insalubres. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2011) evidencia que a herança escravocrata continua a estruturar desigualdades profundas, especialmente no que se refere à condição das mulheres negras na sociedade brasileira.

Tal realidade evidencia a permanência de um ciclo de vulnerabilidade econômica e social que se projeta até a contemporaneidade, tornando a memória desse passado elemento central para a compreensão das formas atuais de revitimização. Como destaca Silvio Almeida, “o racismo é estrutural, isto é, integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, p. 25), o que explica a permanência dessas desigualdades ao longo do tempo.

Portanto, a constituição das sociedades capitalistas modernas está intrinsecamente vinculada a processos históricos de exploração, dominação e exclusão, operacionalizados por meio da racialização, da hierarquização de gênero e da divisão social do trabalho. Nesse sentido, como afirma Bell Hooks (2019, p. 15), “o patriarcado capitalista supremacista branco estrutura a realidade social contemporânea”.

No entrecruzamento dessas estruturas, as mulheres negras ocupam uma posição de subalternidade histórica, resultante da articulação entre colonialismo, escravidão e patriarcado. Essa condição não apenas se perpetua, como também se atualiza nas instituições contemporâneas, entre as quais se destaca a escola. Nesse sentido, como afirma Patricia Hill Collins (2019, p. 32), “as opressões de raça, classe e gênero são interdependentes e organizam coletivamente as experiências das mulheres negras”.

No campo educacional, as mulheres negras enfrentam uma sobrecarga estrutural que extrapola as exigências pedagógicas e administrativas. Frequentemente, são interpeladas a responder às demandas emocionais, sociais e comunitárias emergentes em contextos marcados por profundas desigualdades, tornado a mulher negra no elemento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira (Gonzalez, 1984).

Tal cenário evidencia a necessidade de compreender a atuação articulada de diferentes sistemas de opressão — racismo, patriarcado e exploração de classe — que incidem simultaneamente sobre suas trajetórias.

Nesse sentido, a teoria da interseccionalidade, desenvolvida por autoras como Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, constitui um importante instrumento analítico para a interpretação dessas dinâmicas. A interseccionalidade revela como diferentes formas de desigualdade se combinam e se sobrepõem (Crenshaw, 2002). Ao abordar a inter-relação entre racismo, sexismo, opressão de classe e outras formas de discriminação, a interseccionalidade permite compreender a complexidade dos sistemas de dominação e suas formas de manifestação. Conforme Collins (2009), tais sistemas operam de maneira interdependente, produzindo múltiplas camadas de desigualdade.

Essa perspectiva, quando aplicada às lutas sociais das mulheres negras, possibilita a articulação entre teoria crítica, produção de conhecimento situado e práticas de resistência. Diante disso, o conhecimento produzido por mulheres negras emerge de experiências vividas e está diretamente ligado a práticas de resistência (Collins, 2019).

Nessa direção, Boaventura de Sousa Santos (2008) ressalta a importância da interdisciplinaridade e da construção de uma ecologia de saberes, capaz de tensionar o monopólio do conhecimento científico moderno e promover o diálogo entre diferentes epistemologias, incluindo aquelas oriundas das experiências e lutas sociais. Tal abordagem contribui para o reconhecimento da pluralidade de saberes e para a valorização de conhecimentos historicamente marginalizados.

A experiência da mulher negra no Brasil apresenta-se como profundamente complexa, sendo atravessada por uma intrincada rede de opressões que se manifestam de maneira multifacetada e estrutural. Angela Davis (2016) demonstra que o trabalho ocupa papel central na vida das mulheres negras desde o período escravocrata até a contemporaneidade. Nesse sentido Carneiro (2011), afirma que às mulheres negras é atribuída uma posição social que acumula funções e desigualdades, tornando-as mais vulneráveis às múltiplas formas de opressão.

Tal centralidade, entretanto, não se traduz em reconhecimento ou valorização, mas em jornadas exaustivas, invisibilidade institucional e processos contínuos de adoecimento físico e mental. Nesse contexto, o trabalho emocional e o cuidado configuram-se como dimensões centrais da experiência das mulheres negras, frequentemente invisibilizados e desvalorizados, conforme aponta Patricia Hill Collins (2019). Não se trata, portanto, de um simples acúmulo de discriminações, mas de um sistema articulado em que gênero, raça e classe social operam de forma interdependente, produzindo condições específicas de vulnerabilidade. Como destaca Bell Hooks (2013, p. 87), “as mulheres negras têm sido historicamente convocadas a exercer o cuidado e o suporte emocional, muitas vezes à custa de seu próprio bem-estar”.

Nesse cenário, torna-se fundamental problematizar os limites de determinadas vertentes do feminismo hegemônico, especialmente o feminismo branco, que, ao universalizar a categoria “mulher”, desconsidera as especificidades históricas e sociais que atravessam as experiências das mulheres negras. Conforme argumenta Bell Hooks (2019), o feminismo que não enfrenta o racismo e

as desigualdades de classe tende a reproduzir as mesmas estruturas de dominação que afirma combater. Assim, a invisibilização das demandas das mulheres negras no interior dessas agendas evidencia a necessidade de uma abordagem interseccional, capaz de reconhecer as múltiplas formas de opressão e de construir práticas verdadeiramente emancipatórias.

Diante desse percurso analítico, evidencia-se que a condição histórica das mulheres negras no Brasil não pode ser compreendida de forma isolada ou fragmentada, uma vez que resulta da articulação entre múltiplos sistemas de dominação, como o racismo, o patriarcado e a exploração de classe. Essas estruturas, longe de operarem de maneira independente, constituem um complexo sistema de poder que organiza as desigualdades sociais e incide diretamente sobre as experiências, os corpos e as trajetórias dessas mulheres. Ao mesmo tempo, é nesse cenário de opressão que emergem práticas de resistência, produção de saberes e estratégias de enfrentamento que tensionam as bases dessas hierarquias.

Nesse sentido, compreender a centralidade das mulheres negras na estrutura social brasileira implica reconhecer tanto os mecanismos que produzem sua subalternização quanto as formas pelas quais elas constroem alternativas críticas e emancipadoras. Assim, torna-se necessário aprofundar a análise das dinâmicas que articulam interseccionalidade, trabalho e produção de desigualdades, evidenciando como essas dimensões se entrelaçam na constituição das experiências sociais contemporâneas.

É nesse horizonte que se insere o próximo subtítulo, “*INTERSECCIONALIDADE: Trabalho e a centralidade das mulheres negras na estrutura social*”, que se propõe a examinar, de maneira mais detida, como os sistemas de opressão operam de forma integrada, ao mesmo tempo em que destaca o papel fundamental das mulheres negras na produção, reprodução e transformação das relações sociais.

### **3 INTERSECCIONALIDADE: TRABALHO E A CENTRALIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA ESTRUTURA SOCIAL**

A análise da interseccionalidade, enquanto categoria central para a compreensão das desigualdades sociais, permite evidenciar que as experiências das mulheres negras são constituídas no entrecruzamento dinâmico entre raça, gênero e classe. Nesse sentido, conforme propõe Kimberlé Crenshaw (2002), não se trata de compreender essas dimensões de forma isolada, mas de reconhecer como elas se articulam e produzem formas específicas de opressão. No interior dessa dinâmica, o trabalho — especialmente nas suas dimensões produtiva e reprodutiva — assume papel fundamental, uma vez que historicamente tem sido atribuído às mulheres negras em condições marcadas pela exploração, invisibilização e desvalorização.

Como apontam Angela Davis (2016) e Patricia Hill Collins (2019), a centralidade do trabalho na vida dessas mulheres não se traduz em reconhecimento social, mas em sobrecarga e precarização,

revelando a persistência de estruturas que naturalizam sua posição em atividades de cuidado, serviço e sustentação da vida social. Dessa forma, a interseccionalidade possibilita compreender não apenas a sobreposição de desigualdades, mas a constituição de uma lógica estrutural que organiza a divisão social do trabalho e define os lugares historicamente atribuídos às mulheres negras na sociedade.

Sob esse prisma, as mulheres negras elaboram uma crítica contundente às limitações históricas do feminismo hegemônico. Isso porque, em sua origem, o movimento feminista foi protagonizado majoritariamente por mulheres brancas e de maior poder aquisitivo, cujas pautas, embora fundamentais, não contemplavam integralmente as realidades vivenciadas por mulheres negras. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (1984) evidencia que o feminismo, ao desconsiderar a centralidade do racismo na constituição das desigualdades no Brasil, acaba por reproduzir uma perspectiva eurocentrada e excludente. De modo complementar, Sueli Carneiro (2011) aponta que a universalização da categoria “mulher” promove o apagamento das especificidades das mulheres negras, contribuindo para sua invisibilização nos debates e nas agendas políticas.

Dessa forma, as conquistas iniciais do feminismo não alcançaram de maneira equitativa esse grupo, que, além das desigualdades de gênero, enfrenta simultaneamente a opressão racial e a exploração de classe. Nesse sentido, a condição das mulheres negras evidencia que sua luta não se restringe à pauta de gênero, mas se constitui em um enfrentamento mais amplo, que articula racismo, patriarcado e desigualdade socioeconômica. Nessa direção, Karl Marx (2013) já apontava que as relações sociais de produção constituem a base material das desigualdades, evidenciando que a exploração de classe está intrinsecamente ligada à organização da sociedade capitalista. Ao transpor essa análise para o campo educacional, Paulo Freire (1987) ressalta que a educação não é neutra, mas um espaço de disputa, podendo tanto reproduzir as estruturas de dominação quanto se constituir como prática de liberdade. Assim, a luta das mulheres negras, ao articular essas múltiplas dimensões, revela-se como uma práxis transformadora, que não apenas denuncia as opressões, mas também constrói caminhos emancipatórios no interior das contradições sociais.

Nessa perspectiva, a compreensão das múltiplas formas de opressão que incidem sobre as mulheres negras exige um aporte teórico capaz de apreender a complexidade dessas relações. A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, permite compreender que a experiência da mulher negra não pode ser analisada de forma fragmentada. Não se trata apenas de ser mulher ou ser negra, mas de como essas identidades se articulam e produzem uma forma específica e intensificada de opressão.

A classe social acrescenta novas camadas a essa complexidade, evidenciando que diferentes posições sociais implicam experiências distintas de discriminação e exclusão. Dessa forma, a opressão vivenciada pelas mulheres negras não é quantitativa, mas qualitativa, resultante da interação entre múltiplos marcadores sociais. A autora destaca:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177).

Nesse sentido, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma forma de articular e analisar as consequências decorrentes da interação entre diferentes sistemas de subordinação, como o sexismo, o racismo e o patriarcado. Trata-se de uma chave analítica fundamental, pois evidencia que essas dimensões não operam de maneira isolada, mas de forma integrada e simultânea. Essa dinâmica contribui para a manutenção de ciclos históricos de desigualdade, ao mesmo tempo em que invisibiliza as demandas e experiências específicas das mulheres negras. Como aponta Djamila Ribeiro (2017), a interseccionalidade permite compreender as formas complexas de subordinação que emergem do entrecruzamento dos diferentes eixos de poder.

Longe de ocuparem apenas posições de subalternidade, as mulheres negras constroem, a partir de suas trajetórias históricas, práticas concretas de resistência e transformação social. Suas experiências produzem saberes e estratégias que tensionam as estruturas que sustentam o racismo, o sexismo e a exploração de classe. Conforme destaca Bell Hooks (2019), a experiência das mulheres negras é marcada por uma marginalização singular, resultante da intersecção entre opressão racial e de gênero, o que gera formas específicas de violência estrutural que atravessam seus corpos, suas trajetórias e seus espaços de atuação

Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez (1984), ao discutir a noção de “amefricanidade”, evidencia que a mulher negra é historicamente atravessada por relações de dominação de raça, gênero e classe, sendo posicionada em um lugar estrutural de desvantagem. Esses marcadores sociais não são atributos individuais, mas categorias historicamente construídas que operam na organização das desigualdades sociais, influenciando diretamente o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social.

A emergência do movimento feminista, a partir de meados do século XX, representou um marco importante na luta das mulheres por direitos e visibilidade. No entanto, ao se constituir a partir de uma perspectiva universalizante de mulher, esse movimento não contemplou, em sua origem, as especificidades das mulheres negras. Ainda assim, contribuiu para inserir as mulheres no campo político, social e cultural, promovendo transformações significativas, inclusive no âmbito religioso, como apontam estudos sobre a atuação feminina no interior do catolicismo (Brunelli, 1988).

Cabe ressaltar, entretanto, que ao longo da história sempre existiram mulheres que desafiaram as estruturas de poder em seus contextos, por meio de suas produções intelectuais, artísticas e políticas, ainda que muitas tenham sido silenciadas pelos discursos hegemônicos. Essas ações podem ser compreendidas como antecedentes das lutas feministas contemporâneas.

Segundo Bell Hooks (2019), o feminismo constitui-se como um movimento político comprometido com o enfrentamento do sexismo, da exploração e da opressão. Contudo, é necessário reconhecer que os feminismos não são homogêneos, mas plurais, variando conforme os contextos históricos, culturais e geográficos. A pluralidade das experiências femininas exige, portanto, a afirmação de feminismos no plural, capazes de contemplar a diversidade das mulheres e suas realidades.

No campo educacional, essas dinâmicas se reproduzem na expectativa de que mulheres negras assumam funções de cuidado, mediação e suporte social, frequentemente sem reconhecimento ou valorização institucional. Nesse contexto, Sueli Carneiro (2003) denuncia o epistemicídio como um processo sistemático de deslegitimação dos saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados, o que contribui para a manutenção das hierarquias de poder no campo do conhecimento.

Diante disso, evidencia-se que o feminismo hegemônico apresenta limites ao não abarcar plenamente as experiências de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres negras. É nesse cenário que emerge o feminismo negro, como uma crítica às lacunas do feminismo tradicional e como uma proposta política e epistemológica comprometida com a visibilização das experiências e demandas dessas mulheres. Por sua vez, Lélia Gonzalez (1984) evidencia que, embora as mulheres negras estejam frequentemente situadas na base da pirâmide social, elas também protagonizam estratégias de resistência, reinvenção e produção cultural, constituindo-se como sujeitos ativos na construção de alternativas às estruturas de dominação.

Fundamentado na interseccionalidade, o feminismo negro permite desvelar as desigualdades ocultadas pelo discurso universalizante, contribuindo para a construção de uma análise mais complexa e situada das relações sociais. Esse processo evidencia uma crítica central formulada pelas mulheres negras tanto ao feminismo hegemônico, que historicamente desconsiderou a dimensão racial nas opressões de gênero, quanto aos movimentos de homens negros, que, por sua vez, nem sempre incorporaram a dimensão de gênero na análise das desigualdades raciais, tampouco a articulação entre essas e as opressões de classe. Diante disso, tais movimentos passam a problematizar leituras fragmentadas da realidade, defendendo a necessidade de compreender as opressões de forma interligada, a partir de suas múltiplas sobreposições.

Nesse contexto, o associativismo das mulheres negras consolidou-se com uma base política e ideológica voltada ao enfrentamento dos efeitos do racismo e das desigualdades de classe, também presentes nas práticas organizativas de movimentos femininos hegemônicos. Um dos elementos distintivos do movimento de mulheres negras foi a sua concepção ampliada de luta, orientada não apenas para demandas específicas de um grupo, mas para a transformação social mais ampla.

Conforme enfatizado por Angela Davis (2017), trata-se de um movimento conduzido por mulheres, comprometido com o bem-estar coletivo, abrangendo mulheres, homens e a sociedade como um todo.

Ao longo do tempo, o movimento de mulheres negras passou a contribuir significativamente para o aprofundamento das pautas feministas, incorporando discussões sobre justiça social, equidade e bem viver. Suas ações e reflexões ampliaram o escopo das lutas contemporâneas, tensionando estruturas excludentes e promovendo uma compreensão mais abrangente e crítica das desigualdades sociais.

Por fim, Yuderkis Espinosa Miñoso (2014) problematiza o etnocentrismo e a colonialidade ainda presentes em parte das produções feministas latino-americanas, evidenciando a persistência de dependências epistemológicas em relação a referenciais hegemônicos. Ao mesmo tempo, a autora reconhece o fortalecimento de um pensamento feminista crítico na América Latina, impulsionado pela emergência de novas epistemologias que tensionam tais matrizes, entre elas a interseccionalidade, ao incorporar dimensões historicamente negligenciadas, como raça, classe, religião e sexualidade. Nessa direção, a crítica decolonial aponta que a superação das desigualdades não se limita à denúncia das opressões, mas exige a descolonização dos saberes e a valorização das experiências, práticas e epistemologias produzidas nos contextos subalternizados.

Sob este prisma, que se inscreve a necessidade de aprofundar a compreensão das dinâmicas de opressão e das múltiplas formas de resistência construídas por sujeitos historicamente marginalizados. Assim, o próximo subtítulo, *“OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: Aprofundamentos críticos”*, propõe ampliar essa discussão, evidenciando como tais processos se manifestam no cotidiano social e educacional, ao mesmo tempo em que destaca as estratégias de enfrentamento e produção de alternativas emancipatórias.

#### **4 OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: APROFUNDAMENTOS CRÍTICOS**

A análise das opressões vivenciadas pelas mulheres negras exige considerar, de modo articulado, as dimensões coloniais que estruturam as relações sociais contemporâneas. O racismo moderno, nesse contexto, não pode ser reduzido a manifestações individuais de preconceito ou a práticas isoladas de discriminação cultural; trata-se de um sistema historicamente constituído, que articula exploração econômica, dominação política e controle simbólico.

Nessa perspectiva, o pensamento de Frantz Fanon contribui de forma decisiva para a compreensão dos efeitos psicológicos, sociais e políticos do colonialismo. Para Fanon (2008), o racismo colonial não apenas subordina economicamente os sujeitos colonizados, mas também produz processos profundos de desumanização e alienação. Ao analisar as experiências de pessoas negras em sociedades racializadas, o autor evidencia como o colonialismo institui hierarquias de humanidade que posicionam o sujeito negro em uma condição permanente de inferiorização simbólica.

Essa desumanização não se restringe à dimensão subjetiva, mas se materializa nas instituições sociais, nas relações de trabalho e nos sistemas educacionais. No caso das mulheres negras, tal dinâmica assume contornos ainda mais complexos, uma vez que se articula à dominação patriarcal e à exploração capitalista. Assim, o racismo colonial opera simultaneamente nas dimensões econômica, cultural e psicológica, produzindo efeitos duradouros nas experiências sociais desses sujeitos.

A reflexão de Achille Mbembe (2018) amplia essa análise ao examinar as formas contemporâneas de poder herdadas do colonialismo. Em sua formulação da necropolítica, o autor argumenta que o poder moderno se exerce não apenas pela administração da vida, mas também pela capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Tal regime produz territórios e populações consideradas descartáveis, cujas vidas são sistematicamente expostas à precariedade, à violência e à invisibilidade social.

Ao observar a realidade das mulheres negras em contextos marcados por desigualdades estruturais, torna-se evidente como essas dinâmicas de poder operam concretamente. A precarização do trabalho, a violência institucional, o racismo estrutural e a insuficiência de políticas públicas configuram um cenário no qual determinadas vidas são sistematicamente desvalorizadas. Nesse sentido, a noção de necropolítica permite compreender como as desigualdades raciais e de gênero são continuamente reproduzidas, especialmente quando a invisibilidade dessas mulheres nos espaços institucionais revela hierarquias que definem quais vidas são dignas de reconhecimento e proteção.

Outro aporte fundamental advém das contribuições de Silvia Federici (2015), particularmente no que se refere à relação entre capitalismo, patriarcado e trabalho reprodutivo. A autora demonstra que a consolidação do capitalismo esteve profundamente vinculada à reorganização das relações de gênero e ao controle sobre os corpos das mulheres. Ao analisar a transição histórica para o capitalismo, evidencia que a exploração do trabalho feminino — especialmente o trabalho doméstico e de cuidado — foi central para o processo de acumulação.

Esse trabalho, frequentemente invisibilizado e desvalorizado, sustenta a reprodução da força de trabalho e garante a continuidade do sistema econômico. Quando essa análise é articulada à experiência histórica das mulheres negras, observa-se que a exploração do trabalho reprodutivo assume contornos ainda mais intensos. Desde o período escravista, essas mulheres foram submetidas a regimes de dupla exploração, atuando simultaneamente na produção e na reprodução social.

Tal herança permanece nas sociedades contemporâneas, nas quais muitas mulheres negras continuam concentradas em atividades relacionadas ao cuidado, à educação e ao trabalho doméstico, frequentemente em condições de precariedade e baixo reconhecimento social. No campo educacional, essa lógica se manifesta na expectativa de que essas mulheres assumam funções de mediação afetiva, cuidado emocional e resolução de conflitos, além de suas atribuições pedagógicas formais. Essa

sobrecarga revela a permanência de papéis historicamente construídos no interior das relações de dominação.

Entretanto, restringir a análise à condição de subalternidade implicaria reproduzir uma leitura incompleta. Como apontam diversas intelectuais do feminismo negro, a experiência das mulheres negras é também marcada por práticas de resistência, produção cultural e elaboração de formas alternativas de organização social.

Nesse sentido, a filosofia da práxis, desenvolvida no interior da tradição marxista, constitui uma chave analítica fundamental para compreender a realidade social em sua totalidade. Em consonância com Heleieth Saffioti (1988, p. 144), é possível afirmar que “o patriarcado e o capitalismo configuram faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida”, evidenciando a imbricação estrutural entre exploração econômica e dominação de gênero.

Ainda que o patriarcado seja anterior ao capitalismo, sua incorporação a esse modo de produção não apenas o preserva, mas o intensifica. As contradições próprias das sociedades capitalistas ampliam e sofisticam as formas de dominação, tornando o patriarcado uma engrenagem central na organização das relações sociais.

Sob essa perspectiva, a materialidade das relações com o trabalho e com a natureza assume centralidade na formação do corpo e da consciência. Isso implica reconhecer que homens e mulheres são socialmente produzidos de forma desigual, sendo o patriarcado não apenas um sistema ideológico, mas também uma estrutura econômica que sustenta a supremacia masculina.

Essa lógica se expressa na divisão sexual do trabalho, historicamente construída e socialmente legitimada. Desde a infância, os homens são incentivados à inserção no espaço produtivo e público, enquanto as mulheres são direcionadas ao espaço doméstico, assumindo atividades desvalorizadas e invisibilizadas. Tal configuração revela um projeto social que reproduz hierarquias de gênero.

Contudo, é necessário problematizar a separação entre público e privado, bem como entre produção e reprodução. Essa distinção encobre o fato de que o trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres, é indispensável à reprodução da força de trabalho. Como evidenciam Saffioti (1988) e Federici (2015), trata-se de um trabalho não remunerado, mas estrutural para a manutenção do capitalismo.

Dessa forma, a relação entre patriarcado e capitalismo não pode ser compreendida como sobreposição, mas como articulação orgânica que produz e reproduz desigualdades. A filosofia da práxis, nesse contexto, permite não apenas interpretar a realidade, mas também vislumbrar possibilidades de transformação, sobretudo quando articulada às experiências concretas das mulheres negras.

A práxis, conforme formulada por Karl Marx (2013), representa a unidade entre teoria e prática, constituindo-se como atividade humana transformadora. Essa concepção é aprofundada por György Lukács (2003), que compreende a práxis como categoria fundamental da existência social.

A reflexão de Antonio Gramsci (1996) amplia essa perspectiva ao destacar o papel da cultura e da educação na construção da hegemonia. Para o autor, o poder se sustenta também pela produção de consensos que naturalizam a ordem social.

Nesse cenário, a escola assume posição estratégica, podendo tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como espaço de construção de consciência crítica. É nesse horizonte que se insere a pedagogia de Paulo Freire (1987), ao conceber a educação como prática da liberdade e resgatar a práxis como movimento de ação-reflexão-ação.

Assim, a práxis das mulheres negras pode ser compreendida como processo coletivo de elaboração crítica e construção de estratégias de enfrentamento. Suas práticas pedagógicas, comunitárias e políticas constituem formas de produção de conhecimento situado, articulando experiência, memória e ação transformadora.

Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer as mulheres negras como sujeitas epistêmicas, capazes de produzir interpretações críticas da realidade e desenvolver práticas educativas baseadas no diálogo, na solidariedade e na valorização da experiência coletiva.

Dessa forma, a articulação entre filosofia da práxis, feminismo negro e crítica da colonialidade permite compreender a luta das mulheres negras como parte de um projeto mais amplo de transformação social. Trata-se de um movimento que não apenas denuncia as estruturas de dominação, mas também propõe novas formas de organização da vida social, fundamentadas na justiça, na dignidade e na emancipação coletiva.

Ao integrar as contribuições de Fanon (2008), Mbembe (2018) e Federici (2015) ao debate sobre práxis e interseccionalidade, aprofunda-se a compreensão das múltiplas dimensões que estruturam as opressões contemporâneas, ao mesmo tempo em que se evidencia a potência política das práticas desenvolvidas por mulheres negras na construção de alternativas frente às desigualdades históricas das sociedades capitalistas.

Nesse horizonte analítico, torna-se possível compreender que a condição das mulheres negras não se limita à posição de subalternidade historicamente produzida, mas se inscreve também como locus privilegiado de elaboração crítica e de construção de práticas emancipatórias. Assim, a articulação entre colonialidade, interseccionalidade e filosofia da práxis permite não apenas desvelar as engrenagens que sustentam as desigualdades estruturais, mas também reconhecer as formas pelas quais essas mulheres tensionam, reinventam e transformam as relações sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que as desigualdades que incidem sobre as mulheres negras não podem ser compreendidas apenas como heranças do passado, mas como expressões vivas de estruturas que se atualizam continuamente no interior das sociedades contemporâneas. A colonialidade, ao organizar hierarquias de saber, poder e ser, ainda opera como fundamento das relações sociais, produzindo exclusões que se manifestam de maneira particular na vida das mulheres negras. Nesse sentido, torna-se evidente que a permanência dessas desigualdades não se deve à ausência de avanços formais, mas à manutenção de uma lógica estrutural que naturaliza a subalternização e invisibiliza experiências que escapam aos referenciais hegemônicos.

Sob uma perspectiva decolonial no interior do feminismo negro, é fundamental reconhecer que as epistemologias dominantes ainda reproduzem silenciamentos e apagamentos, especialmente quando desconsideram os saberes produzidos a partir das experiências de mulheres negras em contextos periféricos, fronteiriços e racializados. Ainda que haja um crescimento significativo das produções críticas nesse campo, persistem lacunas importantes no que se refere à incorporação efetiva dessas vozes nos espaços institucionais de produção de conhecimento, como a universidade e as políticas públicas. Tal cenário revela que a disputa não se restringe ao reconhecimento das desigualdades, mas envolve, sobretudo, a legitimação de outras formas de conhecer, interpretar e transformar a realidade.

Outro aspecto que merece problematização refere-se aos limites das abordagens que, mesmo se propondo críticas, acabam por reproduzir leituras fragmentadas da realidade social. Ao não considerar de maneira integrada as dimensões de raça, gênero, classe, território e colonialidade, tais perspectivas tendem a oferecer respostas parciais, incapazes de enfrentar a complexidade das opressões vivenciadas pelas mulheres negras. Nesse sentido, a interseccionalidade, quando esvaziada de seu caráter político e transformador, corre o risco de ser apropriada como categoria meramente descritiva, perdendo sua potência crítica e sua capacidade de tensionar as estruturas de poder.

No campo educacional, essas lacunas tornam-se ainda mais evidentes. Embora existam avanços normativos voltados à inclusão e à valorização da diversidade, a prática cotidiana revela a persistência de currículos eurocentrados, metodologias descontextualizadas e a ausência de formação adequada para lidar com a diversidade cultural e linguística. As mulheres negras, especialmente aquelas que atuam como educadoras, permanecem sobrecarregadas por demandas que extrapolam o campo pedagógico, sendo frequentemente responsabilizadas pela mediação de conflitos, pelo cuidado emocional e pela gestão de desigualdades que são, em sua origem, estruturais. Tal realidade aponta para a necessidade de repensar não apenas as práticas educativas, mas os próprios fundamentos que orientam a produção e a circulação do conhecimento no espaço escolar.

Além disso, é importante destacar que, embora o feminismo negro tenha avançado significativamente na denúncia das opressões e na construção de alternativas teóricas e políticas, ainda

enfrenta desafios no que se refere à ampliação de sua incidência nos espaços de decisão e formulação de políticas públicas. A institucionalização de determinadas pautas, embora represente conquistas importantes, nem sempre se traduz em transformações efetivas nas condições de vida das mulheres negras, especialmente aquelas situadas em contextos de maior vulnerabilidade social. Isso evidencia a necessidade de fortalecer estratégias coletivas que articulem produção de conhecimento, ação política e mobilização social.

Por outro lado, é preciso reconhecer a potência das práticas de resistência construídas historicamente pelas mulheres negras. Essas práticas não se limitam à denúncia das opressões, mas se materializam na construção de redes de solidariedade, na valorização de saberes ancestrais, na produção cultural e na elaboração de formas alternativas de existência. Tais experiências indicam caminhos possíveis para a construção de uma sociedade mais justa, na medida em que desafiam as lógicas individualistas e competitivas que sustentam o modelo hegemônico.

Entretanto, a efetivação de um projeto verdadeiramente emancipatório exige mais do que o reconhecimento dessas práticas. Implica um deslocamento epistemológico profundo, capaz de romper com as bases eurocentradas que ainda orientam grande parte das análises sociais. Esse movimento demanda não apenas a inclusão de novos sujeitos no campo do conhecimento, mas a transformação das próprias estruturas que definem o que é considerado válido, legítimo e científico.

Dessa forma, uma perspectiva decolonial no feminismo negro aponta para a necessidade de construir caminhos que articulem crítica e prática, teoria e ação, reconhecimento e transformação. Trata-se de um processo contínuo, que exige o enfrentamento das desigualdades em suas múltiplas dimensões, mas também a afirmação de outras formas de viver, conhecer e se relacionar. Nesse horizonte, as mulheres negras não são apenas sujeitas afetadas pelas estruturas de opressão, mas protagonistas na construção de alternativas que desafiam e reconfiguram os limites do possível.

Por fim, este estudo reforça que a superação das desigualdades não pode ser pensada como um processo linear ou imediato, mas como uma construção coletiva, histórica e situada. Nesse percurso, torna-se fundamental ampliar os espaços de escuta, fortalecer epistemologias insurgentes e promover práticas que efetivamente contribuam para a transformação das estruturas sociais. É nesse movimento que se inscreve a possibilidade de construção de um projeto emancipatório que não apenas reconheça as diferenças, mas as valorize como fundamento de uma sociedade mais plural, justa e verdadeiramente democrática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Colonialidade e feminismo latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. *Feminismo decolonial*. 2014.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GROSGOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.